

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL I**

ILTON GARCIA DA COSTA

JEAN CARLOS DIAS

ROBISON TRAMONTINA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Ilton Garcia Da Costa; Jean Carlos Dias; Robison Tramontina – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-888-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito e economia. 3. Desenvolvimento econômico sustentável. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL I

Apresentação

Estão reunidos na presente publicação os artigos apresentados no Grupo de Trabalho DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL I cuja reunião integrou a programação do VII Encontro Virtual do CONPEDI que se realizou no dia 27 de junho de 2024.

A coordenação das atividades coube aos Professores Jean Carlos Dias, docente do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, Robison Tramontina, docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina e Ilton Garcia da Costa, docente da UENP Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Os trabalhos apresentados enquadram-se na mais atual pesquisa acerca do tema do grupo de trabalho, que, por sua amplitude, abrange investigações multifacetadas e com forte teor empírico.

Nesse contexto, diversos problemas foram abordados, decorrentes tanto da regulação legal, como suas bases constitucionais, e, também, foram exploradas questões relativas a formulação e implementação de diversas políticas públicas.

Diante do panorama contemporâneo, foram expostos os impactos dos avanços tecnológicos, notadamente os decorrentes da implantação de recursos de inteligência artificial nas várias instâncias, inclusive nas relações do trabalho.

Vários aspectos do desenvolvimento como direito fundamental e sua sustentabilidade foram, igualmente, explorados.

Esses vários temas são representativos da abrangência e amplitude da investigação e produção acadêmica nacional nessa grande área, visto que os autores estão vinculados aos mais diversos programas de pós-graduação em Direito, revelando grande diversidade regional e institucional.

Os intensos debates, contribuições cooperativas e mesmo a socialização dos aspectos investigados, muitos relacionados ao desenvolvimento de dissertações e teses, mostram a relevância das contribuições.

Os textos agora reunidos são, ainda, bastante plurais, pois abrangem diversas estratégias teóricas de abordagem, ancoradas em autores relevantes no cenário contemporâneo, nacional e internacional, indicando a relevância dos temas e sua atualidade.

Em função da diversidade dos temas, e, também, pela evidente qualidade da pesquisa aqui representada, os coordenadores registram a recomendação e convite, aos interessados na área, para a leitura dos artigos ora publicados.

Jean Carlos Dias - Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Ilton Garcia Da Costa - Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

Robison Tramontina - Universidade do Oeste de Santa Catarina

**INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E PERSPECTIVA FEMINISTA:
SINERGIAS DOS PROCESSOS PRODUTIVOS E REPRODUTIVOS NO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.**

**TRANSLATION: INTEGRATION OF SOLIDARITY ECONOMY AND FEMINIST
PERSPECTIVE: SYNERGIES OF PRODUCTIVE AND REPRODUCTIVE
PROCESSES IN SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT.**

**Flavia Piccinin Paz
Marcelo Wordell Gubert**

Resumo

O presente artigo analisa o processo de desenvolvimento rural no âmbito da agricultura familiar e o papel da mulher camponesa na divisão sexual do trabalho, dentro da sociedade capitalista. Aponta como objetivos discorrer acerca do papel da economia solidária e da economia feminina dentro do contexto do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar. Em seu desenvolvimento aborda a divisão sociossexual indicando que as lutas das mulheres camponesas têm produzido rupturas na realidade da sociedade capitalista brasileira e reflexos na produção de modos de vida e de trabalho produtivo e reprodutivo no campo. O artigo utilizou como caminho o método hermenêutico e dialético, sendo a pesquisa de caráter analítico e exploratório, dentro da sua concepção teórica e conceitual; de cunho qualitativo e no que se refere à forma de abordagem do problema. Posto isto, conclui-se que ainda nos dias atuais, inobstante as novas teorias acerca do desenvolvimento, mais justo e includente, e os avanços na agricultura familiar, a invisibilidade do trabalho da mulher ainda se mantém, sendo a luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa, um longo caminho a ser percorrido, que tem como auxiliares a econômica solidaria e a economia feminista, que propiciam condições para as mulheres terem maior espaço na participação das decisões com autonomia política e econômica, dando visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo da mulher.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Sustentabilidade, Cooperativas, Gênero, Trabalho

Abstract/Resumen/Résumé

The present article analyzes the rural development process within family farming and the role of peasant women in the sexual division of labor within capitalist society. It aims to discuss the role of solidarity economy and women's economy within the context of sustainable development in family farming. In its development, it addresses the socio-sexual division, indicating that the struggles of peasant women have produced ruptures in the reality of Brazilian capitalist society and reflections on the production of modes of life and productive and reproductive work in the field. The article used the hermeneutic and dialectical method as its approach, with the research being analytical and exploratory in nature within its theoretical and conceptual framework; qualitative in nature in terms of problem approach.

Therefore, it is concluded that even today, despite new theories about more just and inclusive development and advances in family farming, the invisibility of women's work still persists. The fight for a fairer sexual division of labor remains a long journey to be traveled, with solidarity economy and feminist economy as allies, providing conditions for women to have greater space in decision-making with political and economic autonomy, giving visibility to women's productive and reproductive work.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Development, Sustainability, Cooperatives, Gender, Labor

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, as mulheres foram mantidas invisíveis para a humanidade, sendo sequer consideradas pela sociedade patriarcal como sujeito de direito, vistas como um ser incapaz, frágil, desprovido de conhecimento, sendo até mesmo, associadas ao próprio conceito de pecado. (KRAMER; SPRENGER, 2007)

Ainda hoje, o modelo de capitalismo dominante, somado a crenças sexistas tradicionais, impulsionam ativamente a desigualdade social em todo o mundo, atingindo principalmente as mulheres.

Nessa linha, de acordo com os dados apontados pela OXFAM Brasil, mulheres que vivem em comunidades rurais e países de baixa renda, dedicam-se até 14 horas por dia ao trabalho de cuidado não remunerado, referido trabalho vem agregando pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano em valor à economia.

Os mulheres camponesas iniciam o trabalho desde muito cedo, sem carteira assinada, sem benefícios sociais, muitas impedidas de frequentar a escola, alimentando um ciclo de subordinação ao patriarcado e ao sistema capitalista, sem conhecimento, tornam-se invisíveis, sem o reconhecimento do seu trabalho e dos seus direitos básicos enquanto pessoa.

Em vista dessa situação alarmante, a busca por uma economia feminista camponesa e a igualdade de gênero são fundamentais para um desenvolvimento mais humano, e em consequência para um desenvolvimento sustentável. Aponta assim a econômica solidária como motriz para o desenvolvimento de uma economia feminista.

Diante do cenário exposto, este trabalho pretende estudar qual o papel da economia solidária e da economia feminina dentro do contexto do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar?

2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A ideia de desenvolvimento remonta desde a origem do ser humano, quando analisada sob a perspectiva social. Para Bottomore (1975, p. 138) “a palavra desenvolvimento não é mais precisa do que “evolução” em sua aplicação aos fenômenos sociais. No uso comum, desenvolvimento significa um ‘desdobramento gradual’; uma elaboração mais dos detalhes de qualquer coisa; o ‘crescimento do que está no germe’.

Contudo, após a Revolução Industrial, e a reconstrução no período do pós-guerra, o processo de industrialização cresceu e abriu espaço para o pensamento capitalista, dando início a um novo conceito para desenvolvimento.

Nesse viés desenvolvimentista, baseado na busca da tecnologia e do progresso, Joseph Schumpeter em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (1911) sustenta que desenvolvimento estaria ligado a inovação, que se trata da produção de algo novo, ou de algo que já exista sob uma nova forma produtiva, uma nova combinação de fatores produtivos, sendo a inovação as principais forças do desenvolvimento.

Na linha do crescimento como meta ao desenvolvimento, Rostow (1961. p.17-19), em sua obra *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist*¹ publicada em 1960, estabelece que a sociedade deveria passar por cinco etapas para chegar ao desenvolvimento, sendo elas: a sociedade tradicional, as preconizações para o arranco, o arranco, a marcha para maturidade, e a era do consumo em massa.

Assim entendia que em seguidos tais etapas o desenvolvimento aconteceria de forma natural. Nesta toada, percebe-se que o termo desenvolvimento por muitas vezes se confundia com crescimento.

Na década de 1970, o termo desenvolvimento afasta-se um pouco da visão de crescimento, tecnologia e produção, e passa a ser analisado de forma a incluir a preocupação com os recursos não renováveis, tendo como ponto a obra “O mito” de Celso Furtado (1981), o qual afirma que em se concebendo a ideia originária de desenvolvimento, os recursos não-renováveis da terra se esgotariam, culminando em um colapso social e ambiental:

Que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente: universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle clã poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (Furtado, 1981 p.17)

¹ As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista.

Percebe-se deste modo, que as definições ou percepções acerca do desenvolvimento, são originárias e influenciadas pela conjuntura social de suas respectivas épocas.

Em sendo assim, no âmbito da conjuntura social, Amartya Sen, em sua obra ganhadora do prêmio Nobel “Desenvolvimento como liberdade”, passa a analisar o fator social como vetor do desenvolvimento, no qual aponta que ‘o desenvolvimento requer que removam as principais fontes de privações de liberdade: a pobreza e a tirania, carência de oportunidade econômica e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos’.(Sen, 2002, p.18).

Assim, para definição de desenvolvimento, a liberdade e dignidade do indivíduo deveriam ser levados em conta, para a busca de uma melhor condição de vida.

[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança”. (Sen, 2002, p. 10)

No âmbito das contribuições da Sociologia Econômica, Karl Polanyi (1977) destaca que o “capitalismo liberal foi com efeito a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução industrial”, e dele vieram as grandes dificuldades e novos enfrentamentos, entre as esferas política e econômica.

Por detrás do tecido velho e gasto do capitalismo competitivo, surge o portento de uma civilização industrial, com a sua divisão do trabalho imobilizadora, estandardização da vida, supremacia do mecanismo sobre o organismo, e da organização sobre a espontaneidade. No seio da própria ciência surge o espectro da insanidade. Eis o problema que precisa ser resolvido. (Polanyi, 1977, p. 2)

Por esta razão, Schneider e Scher (2000) asseveram que as visões de Polanyi continuam atualmente, oportunas e pertinentes à discussão acerca do desenvolvimento rural sustentável:

Primeiro, porque suas ideias expressam a importância central da regulação social sobre a economia e do papel das instituições, enquanto instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, como atores sociais. Segundo, porque, no contexto atual, a hipótese de que as empresas transnacionais e suas articulações de expansão constituem a força hegemônica no controle dos sistemas

agroalimentares e representam o equivalente ao ‘moinho satânico’ do capitalismo ‘auto-regulado’ e destrutivo descrito por Polanyi é retomada na ideia de que as mesmas operam como verdadeiros ‘Impérios Alimentares’ sobre desenvolvimento em geral e desenvolvimento rural em particular. (Schneider, 2000, p. 289)

O estudo do desenvolvimento em conjunto com a ideia de sustentabilidade, originou-se da percepção dos impactos ambientais acelerados pelo pós-guerra na década de 70. (Schneider, 2001, p. 89).

Em vista disto, passa o desenvolvimento a ser analisado de forma conjunta com a sustentabilidade, diante da necessidade de proteção aos recursos não renováveis e da busca pelo consumo consciente. Desta feita, o desenvolvimento hoje busca o equilíbrio entre produção e consumo, trazendo Ignacy Sachs (2004) a ideia de desenvolvimento sustentável.

Tem-se deste modo que o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica.

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esses requisitos, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material, o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. (Sachs, 2004, p.13)

O modelo padrão de desenvolvimento sustentável está descrito no tripé chamado de *triple Botton Line* (a linha das três pilastras), que deve garantir a sustentabilidade. “Para ser sustentável desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo ambientalmente correto (Boff. 2015 p. 43)

Desta forma a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando conexões capazes de preencher o abismo civilizatório entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta. (Sachs, 2008). Mais que sustentabilidade ambiental, necessário se faz a sustentabilidade social.

Contudo, além da proteção ao ambiente natural, a sustentabilidade ambiental envolve a sensação de bem-estar e de felicidade individual e coletiva. Tal sensação, no entanto, não se dá no abstrato, mas nas possibilidades reais de atendimento das necessidades, materiais e não materiais, sentidas pelos membros da coletividade.

Assim uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento, deve estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida e das liberdades individuais. Na visão de Leonardo Boff (2015, p. 57), “a sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de vida suficientes e decentes”.

Nesse viés aponta o desenvolvimento sustentável no âmbito rural, termo este que não possui definição exata, mas visa a melhoria do bem-estar das populações rurais com o objetivo final desse desenvolvimento sustentável (SCHEIDER, 2001, p. 88).

Como bem afirma Schneider e Scher:

Podemos afirmar que o desenvolvimento rural – nos (e para além dos) limites da economia de mercado capitalista – é o de vir de um projeto político, a ser instituído através da ação deliberada dos atores sociais e das organizações envolvidas, bem como de toda a sociedade. (Schneider, 2011, p. 180-219)

Com base no exposto o desenvolvimento rural sustentável não pode ser analisado de forma isolada, utilizando somente a teoria desenvolvimentista, a Sociologia Econômica, a lógica da mercantilização ou os padrões da acumulação de capital, nem mesmo levando em conta somente a liberdade e direito dos indivíduos, posto que o desenvolvimento engloba todos os resultados destes processos.

3. O PROCESSO PRODUTIVO DA MULHER RURAL

A recampesinação, moveu o mundo rural para além do clássico dualismo, nessa toada, “o camponês, não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinação expressa formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção”. (Ploeg, 2006, p.5)

Assim, necessário pensar a agricultura familiar dentro do sistema capitalista, na finalidade de buscar o seu local no âmbito do capital e do trabalho, na visão de Schneider (2000) corroborando os ensinamentos de Abramovay (1992) aponta que os agricultores familiares são altamente integrados aos mercados, capaz de absorver as tecnologias e responder as políticas governamentais, fator que os diferencia dos camponeses.

Para o camponês, o progresso é representado pela satisfação das necessidades familiares e da coletividade que está inserida dentro do contexto de produção, participando, todavia, do mercado, não estando alienado ao progresso e as novas tecnologias.

Neste cenário, passa analisar a mulher camponesa e seu papel dentro do processo produtivo, pois, a mulher desde a origem dos tempos esteve ligada à agricultura, cultivando a terra e mantendo com ela uma relação simbiótica de produção e reprodução. Dentro do contexto social, as mulheres têm desenvolvido uma relação de cuidado com o ecossistema, de forma muito mais sensível do que os homens, buscando seu espaço no processo de produção e desenvolvimento.

Grande parte das propriedades rurais de economia familiar são cultivadas por mulheres, com a produção de variados tipos de cultura, que representam uma renda acessória à família, e em vários casos como a fonte primária de sustento. São essas mulheres que estão diretamente ligadas às medidas de sustentabilidade e a produção de vários produtos nas pequenas áreas agrícolas

(...) se por um lado na divisão sócio sexual do trabalho cabe à mulher os cuidados com a casa (e tudo que inclui o quintal, como galinhas, horta, o cuidado com as vacas de leite, etc), a alimentação, os filhos e o marido, conseqüentemente também cumpre a ela as medidas para sobreviver à pobreza, que vão desde economizar e cozinhar os poucos alimentos para gerir a ‘fome’ de todos; costurar as roupas para que ainda se possa vesti-las, ao lugar de comprar novas; até providenciar a consulta e o medicamento para quem está doente. (Lusa; Freitas; 2017, p. 5)

Inicialmente as políticas eram concentradas em uma busca para obter um tratamento melhor, um tratamento mais justo, a concentração era mais sobre bem-estar do que um empoderamento de direitos e garantias.

O núcleo fundamental para compreender a interseccionalidades, consubstancialidade e coexistencialidade de todas estas formas dialéticas de exploração, as quais envolvem a mulher e incidem múltiplas determinações no seu cotidiano de vida, é o ‘mundo da produção’ e, conseqüentemente da ‘reprodução’. Significa dizer que todas elas têm uma base material de sustentação, cujo objetivo central é a produção de valores (capital) e com isso a manutenção da sociedade estruturada no capital, requisitando para isso normas (legais ou mesmo costumeiras e culturais), que muito auxiliam na submissão das mulheres (muito mais que os homens) à determinados tipos de trabalho produtivo e improdutivo. Tudo isso implicará no

assentamento dos papéis sociais nas relações entre homens e mulheres no âmbito do trabalho, as quais são também implicadas pelas determinações de classe, raça-etnia, geração e orientação e liberdade sexual. (Lusa; Freitas, 2013, p. 5)

O papel da mulher e o seu poder feminino, refletidos na independência econômica e emancipação social, podem ter grades projeções sobre as forças e os princípios organizadores que governam as divisões dentro da família e na sociedade.

Buscam assim o reconhecimento da sua força de trabalho, saindo da invisibilidade social:

A autonomia econômica das camponesas é um desafio. As posições subalternas são-lhes destinadas historicamente, como um ranço da lógica patriarcal que intensifica a vulnerabilidade socioeconômica das camponesas ainda na atualidade. (Paula; Oliveira, 20117, p.9)

Sua voz ativa deixa de ser somente um grito e passa ter força concreta na aplicação de medidas de proteção ao ambiente, através do uso adequado da propriedade rural, buscando tirar dela o necessário, por meio de cooperativas rurais.

A voz da mulher e a voz da natureza têm sido silenciadas no patriarcado. Mulher e natureza são consideradas objetos. Objetos não falam. Objetos não sentem. Objetos não têm necessidades. Objetos só existem para servir às necessidades dos outros. (Rosendo, 2012, p.71)

A obstrução da liberdade de participar do mercado de trabalho é uma das maneiras a sujeição e ao cativo da mão de obra, e a batalha contra a privação de liberdade existente no trabalho. A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma gerar a privação de liberdade econômica (Sen, 2017).

Assim, não se pode pensar em desenvolvimento e sustentabilidade sob essa perspectiva discriminatória no trabalho das camponesas, vistas no contexto como “cumpridoras de obrigações” nas atividades no âmbito da agricultura familiar, diante da importância do seu trabalho produtivo.

A luta pela não invisibilidade do seu trabalho marca uma antiga e ainda longa trajetória da camponesa no reconhecimento do seu trabalho externo fora da perspectiva de cumprimento da sua obrigação de mulher.

4. O PROCESSO REPRODUTIVO E SUA INVISIBILIDADE

Mesmo ocupando grande parte da mão de obra no setor agrícola, a discriminação contra as mulheres ainda é uma das causas estruturais da pobreza rural e um dos maiores desafios para os países da América Latina. Seu trabalho ainda é invisível, tendo a base das relações sociais fundadas no patriarcado, estruturada no capitalismo e na divisão sociosexual do trabalho.

Com base nos dados apontados pela OXFAM Brasil, a desigualdade econômica está fora de controle, sendo esse grande fosso baseado em um sistema econômico sexista e falho, que valoriza mais a riqueza de um grupo de poucos privilegiados, na sua maioria homens, do que bilhões de horas dedicadas ao trabalho mais essencial - o do cuidado não remunerado e mal pago, prestado principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo. (OXFAM, 2020)

Na finalidade de mudar esse cenário mundial, a luta das mulheres por direitos é assunto recorrente junto à Organização das Nações Unidas na agenda 2030, buscando não só garantir igualdade de gênero, mas o acesso à propriedade e controle sobre recursos (ODS 5), na formação de uma economia solidária e feminista.

O papel da mulher no mercado de trabalho envolve o reconhecimento de que a entrada e persistência desta significa que existe uma ligação clara entre o trabalho produtivo - fora de casa - e o trabalho reprodutivo – doméstico -, o qual não é remunerado.

Um esforço necessário para se dar reconhecimento social às tarefas domésticas realizadas pelas mulheres consiste em atribuir um valor a essas atividades. O relatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU em 1995 (UNDP, 1995), analisa o processo de exclusão feminina do desenvolvimento, mede a igualdade de gênero e oferece uma estratégia para buscar a equidade nas oportunidades entre mulheres e homens. Nas recomendações dessa conferência, foi explicitada a necessidade de incorporar a contribuição do trabalho não remunerado e realizado majoritariamente por mulheres em um sistema de contas satélites, como uma forma de dar visibilidade a essas tarefas, ocultas no recôndito dos lares. (Melo; Castilho, 2009, p. 141)

O trabalho reprodutivo, também denominado como trabalho doméstico, envolve o cuidado das pessoas, a manutenção da casa, preparação dos alimentos, cuidados com saúde, enfim, um conjunto de atividades sem as quais a reprodução humana e do cotidiano não estaria assegurada.

Deste modo o trabalho da mulher não pode ser unicamente descrito como produtivo, vez que o trabalho reprodutivo não só contribui como mantém a exploração social da mulher.

O sistema capitalista ignora essa informação e considera que o corpo é apenas uma mercadoria a mais. E, se a vulnerabilidade da carne e a contingência da vida humana não são reconhecidas, menos ainda serão aqueles trabalhos que cuidam dos corpos vulneráveis. A invisibilidade da interdependência, a desvalorização da centralidade antropológica dos vínculos e das relações interpessoais e a subordinação das emoções à razão são características fundamentais das sociedades patriarcais. (Herrero, 2020, p.20)

O trabalho reprodutivo é também extraído pelo capital, que diminui os custos de reprodução de sua força de trabalho. Nobre e Moreno (2020), apontam que o trabalho doméstico e de cuidado, que ela denomina como reprodução, não pode ser analisado simplesmente transpondo conceitos da análise da produção.

Essa compreensão tornou visível a predominância de mulheres rurais, imigrantes, pertencentes a comunidades de minorias ou marginalizadas e a grupos étnicos e raciais subalternos nesses setores do mercado (Ravazi, 2007, p. 13).

Destacam ainda, que esse trabalho amplia o salário real em consumo real, expande o nível de vida em forma de uma condição de bem-estar efetiva, nos fazendo sentir humanos em um sistema que nos trata como mercadoria.

5. ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO

A concepção de economia solidária de acordo com Singer (SINGER, 1999), tem um caráter revolucionário, à medida que se une o capital ao trabalho, que é o que o capitalismo separa. Assim, se propõe a questionar sobre a forma de apropriação do lucro, dando voz ao coletivo ao invés de individual, buscando a real democracia na posse e controle dos bens de produção.

Deste modo, tendo por base a distribuição do que é produzido, a economia solidária visa a organização igualitária e democrática de crédito, produção e consumo na finalidade de um cooperativismo autêntico, além de outras formas de organização coletiva e democrática de trabalho. (Oliveira, 2005). Assim, a economia solidária é uma “nova economia”, pois retoma algumas características da tradição de luta do movimento

operário e sindical contra a miséria, constitui organizações mais militantes. (Motchane, 2003)

Em vista disto se apresenta a interação entre a economia solidária e a economia feminista, a qual “questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres” (Faria, 2007, p 2).

O trabalho produtivo e reprodutivo, organizado e mantido por mulheres camponesas, é refletido na independência econômica e emancipação social, tendo este, grandes projeções sobre as forças e os princípios organizadores que governam as divisões dentro da família e na sociedade.

A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de trezentos anos de escravidão, o predomínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo social dominante produziu profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas. (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019)

O capitalismo é um sistema de produção baseado na exploração da mão de obra assalariada, assim desde que se estabeleceu a propriedade privada dos meios de produção, uma minoria passou a viver às custas do trabalho da maioria. (Safiotti, 2013).

Contudo a mão de obra não assalariada, não fica a margem dessa exploração que lhe tira direitos, pois, o desenvolvimento capitalista naturaliza o trabalho não assalariados – que trabalham nos campos, e nas plantações, fora das relações contratuais, creditando a uma inferioridade natural. (Federici, 2013)

Inferioridade que é combatida pela economia solidária, a qual, coloca limites sociais ao mercado capitalista, construindo espaços onde os preços e as relações resultam da integração de todos e os resultados são distribuídos de maneira mais igualitária.

O desenvolvimento da vida das pessoas e das comunidades é favorecido pela ação coletiva em âmbitos locais, onde as relações fraternais possam se apoiar nos vínculos produtivos e reprodutivos de cooperação, formando associações de trabalhadores livres. (Oliveira, 2005)

E é neste sentido que se pode afirmar que os atuais modelos econômicos são os responsáveis pelas mazelas das desigualdades do mundo, constituindo-se de alto impacto ao planeta enquanto grande organismo vivo – Gaia -, eis que não observam o humano como elemento integrante da própria natureza (Boff, 2016, p.41/43).

Fato é que desde a revolução industrial inglesa, operada entre meados do século XVIII e XIX, a economia redirecionou-se à exploração ilimitada e desregulada dos recursos naturais, base de toda a cadeia produtiva. E, descrevendo os sistemas econômicos existentes, Boff aponta o cooperativismo como possível solução para equilibrar as desigualdades causadas pelo capitalismo desenfreado:

[...] a economia solidária, é o que melhor realiza o conceito de sustentabilidade em direta oposição ao sistema mundialmente imperante. Na verdade, ela sempre existiu na humanidade, pois a solidariedade constitui uma das bases que sustentam as sociedades humanas. Mas já na primeira Revolução Industrial na Inglaterra ela surgiu como reação à superexploração capitalista. Apareceu no final do século XVII e inícios dos XIX sob o nome cooperativismo. (Boff, 2016, p.60)

O cooperativismo tem como premissa o progresso social por meio da cooperação e do auxílio mútuo, vale dizer, através de instrumentos que se valem do associativismo e da comunhão de esforços, entre sujeitos em mesmo status, para alcançar melhores condições para sua própria sobrevivência:

A cooperativa é uma empresa e como tal deve seguir a racionalidade, a estrutura e a disciplina de qualquer empresa, em busca de mais eficiência e economia de recursos, mas como empresa tem um grande diferencial. O diferencial consiste em que internamente exige a democracia, a participação decisória e de usuário dos associados, em todos os processos produtivos e de prestação de serviços. Por isso, o resultado é melhor e mais justa e democraticamente distribuído. (Schneider, 2015, p. 103):

Sob o viés econômico, o cooperativismo age como redutor dos custos de produção, na obtenção de melhores condições de prazo e preço, na construção de instalações de uso comum, interferindo no sistema em vigor à procura de alternativas a seus métodos e soluções.

Os empreendimentos econômicos associativos, quando razoavelmente fiéis e coerentes com a natureza de suas organizações e leais aos aspectos que lhes são peculiares, contribuem de forma relevante nos processos de sustentabilidade, motivando os associados a preservarem o seu patrimônio, a sua propriedade, seja industrial, seja rural, seja de serviços, de forma a poder continuar a servir não apenas às necessidades das gerações atuais, mas também das gerações futuras. Isso é especialmente válido para os que atuam na produção rural e industrial familiar. São educados e motivados para não esbanjarem,

não destruïrem o potencial natural e produtivo do seu patrimônio, em atenção a si próprios e em prol das gerações futuras. (Schneider, 2015, p. 102).

Desta forma, o desenvolvimento sustentável seria viável através do sistema cooperado, supondo a ação ética na intenção de modificar a forma como a economia se relaciona com a natureza, minimizando os riscos produzidos pela atual sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar é um tema complexo que exige uma abordagem multifacetada, as políticas de mercado e os programas de investimento público são componentes importantes, mas não são suficientes por si só.

Para uma transformação efetiva é necessário promover a igualdade no espaço produtivo especialmente para as mulheres que trabalham no campo a dominação tradicionalmente associada ao trabalho feminino rural precisa ser desafiada para que haja uma divisão sexual do trabalho mais justa.

A igualdade de gênero é um direito fundamental e deve ser reconhecida e respeitada no contexto da agricultura familiar, o trabalho das camponesas muitas vezes invisibilizado é essencial para a economia rural e para a manutenção da vida familiar e comunitária. Pois, ao garantir a autonomia econômica e social das mulheres rurais melhora se a qualidade de vida delas e de suas famílias além disso muda se a dinâmica de como elas interagem com os meios de produção e a percepção de seu papel dentro da comunidade.

As cooperativas que operam sob os princípios da economia solidária oferecem um modelo alternativo ao capitalismo de mercado tradicional, elas proporcionam um ambiente onde o trabalho feminino é valorizado e não explorado, promovendo a cooperação e a solidariedade em vez da competição.

Uma economia feminista que dá visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres é crucial para o desenvolvimento rural sustentável, as cooperativas podem ser instrumentos poderosos para alcançar esse objetivo pois elas permitem que as mulheres tenham maior controle sobre suas vidas e contribuam de forma significativa para a economia local.

Diante disso, para alcançar um desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar, é necessário ir além das políticas de mercado e investimentos públicos; é

preciso promover a igualdade de gênero, respeitar o trabalho das camponesas e fornecer estruturas, como as cooperativas, que apoiam a economia solidária.

Essas ações não apenas melhoram a qualidade de vida das mulheres rurais e de suas famílias, mas também contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99% um manifesto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra**. 1 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade. O que é – O que não é?**. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BOTTOMORE, Thomas Burton. **Introdução à sociologia**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p.318
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Rev. bras. estud. popul.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, Dec. 2006 . Acesso em 25.08.2023. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural A economia dominante e a invisibilidade das mulheres. In: **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres** . 1. ed. Brasília - DF: Nead, 2009. p. 167.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Elefante, 2013. v. 2013
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ISLA, A. et al. **Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.
- KRAMER, H. & SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2007. (Tradução de Paulo Fróes)
- LUSA, Mailiz Garibotti. FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. **Mulheres Camponesas E Lutas Sociais: Entre As Expressões Da Questão Social No Campo E A Produção Da Vida**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. acesso em 22. Ago de 2023. 1-13
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Movimento de Mulheres Camponesas - MMC-Brasil. A afirmação de muitas histórias. Acesso em 29 de agosto, 2023, disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>
- MELO, H. P. DE; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 135–158, 2009.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** *Estudos Avançados*, São Paulo, n.43, v.15, p. 83-100, set./dez., 2001.

OLIVEIRA, L. V. N. A economia social e solidária como alternativa de enfrentamento à pobreza. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**, p. 1–9, 2005.

OLIVEIRA, Larissa Carvalho de, PAULA, Helga Maria Martins de. **Mulheres camponesas e teoria marxista da dependência: aproximações da análise sobre o patriarcado no campo no contexto dependente latino-americano.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13thWomen’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. acesso em 22. Ago de 2019. 1-12

OXFAM (2020). **Relatório “Tempo de Cuidar”.** Oxfam, Brasil, Disponível em www.oxfam.org.br. Acesso em 22.08.2023

PICCHIO, Antonella (Comp.). **Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida.** In: CARRASCO, Cristina (Comp.). *Tiempos, trabajos y género.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. 2006. **O modo de produção camponês revisitado** in A diversidade a Agricultura Familiar, S. Schneider (org.) Porto Alegre, Editora UFRGS, pp 13-54.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. p. 1-47

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época/** tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

POLANYI, Karl. **A nossa obsoleta mentalidade mercantil.** *Revista Trimestral de História das Ideias*, n.1, pp.7-20. Porto (Portugal), 1977.

PULEO, Alicia H. **Mulher, Feminismo e ecologia.** *Revista Eco* 21. Ed. 97. Acessado em 13/10/2023. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=982>

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao Cuidado Uma Perspectiva Ética Ecofeminista.**

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond. 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado.** 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFIOTTI, H. **O Poder do Macho.** 1. ed. São Paulo: Moderna Ltda., 1987.

SINGER, P. **Curso de Introdução à Economia Política.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

SCHNEIDER, Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Porto Alegre. 2000.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e Industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. RS –** Porto Alegre: UFRGS 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 13, p. 595-609, set/dez 2007.

WANDERLEY, M N de B. 1996, **Raízes históricas do campesinato brasileiro** In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT 17 Processos sociais agrários, Caxambu-MG, 17p.

WANDERLEY, M. N B. 2003. **Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga:** in Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos, Martins J de S (coord.), Porto Alegre, UFRGS, Nead.